

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

ATA NÚMERO 01/2017

24 DE FEVEREIRO DE 2017

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nos números 1 e 2, do artigo 40.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram dez horas e trinta minutos quando, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte:-----

### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **- Leitura e apreciação do expediente.**

Lê o expediente, dando especial atenção a uma petição da Freguesia de Alva para Alva voltar a ser freguesia e à carta enviada pelo Advogado Dr. João Sevivas sobre o estacionamento para os Magistrados no Tribunal de Castro Daire.-----

#### **- Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O Senhor Presidente da assembleia pergunta aos Senhores Membros se têm algo a dizer que melhore a vida dos Municípios:-----

Pediram a palavra os Senhores Membros:-----

**Fernando Pinto Ferreira:** Propõe para que num futuro próximo, a Assembleia Municipal tivesse computadores para todos os membros e um relógio de tempo. Refere que não conseguiu abrir os documentos e não os conseguiu. Seguidamente, enaltece o trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente no retorno do Tribunal. Com o Tribunal, criaram-se postos de trabalho diretos e postos de trabalho indiretos. Refere ainda que também se falou na delapidação de património, que o Senhor Presidente teria delapidado património ao vender os espaços ao Continente. Dá-lhe os parabéns, porque, passa pelo Continente e verifica que grande maioria das pessoas que lá trabalham foram alunos da Escola Secundária de Castro Daire, muitos deles dos cursos de restauração.-----

**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que também se associa à satisfação de termos o Tribunal a funcionar. Seguidamente dirige-se ao Senhor Presidente da Assembleia para dizer que receberam os documentos no dia 21, terça-feira, às 17h58m. As pessoas têm compromissos, tinham disponível a quarta-feira e a quinta-feira para preparar a reunião. Depois, dirige-se ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente, dizendo que tem conhecimento que existem um conjunto de programas, em que um deles tem a possibilidade de intervir nos edifícios públicos, na área envolvente do edifício. Pergunta se existe efetivamente esse programa e se existe, que a autarquia que o possa explorar ao limite, porque as nossas escolas encontram-se muito degradadas. Um outro programa tem a ver com a requalificação das escolas, em que as próprias autarquias propõem-se compensar a contrapartida nacional para conseguirem a requalificação das escolas, pelo que desafia o Executivo, dentro da capacidade orçamental que tem, que ponderasse essa possibilidade.--

**Margarida Helena S. M. Mano Guimarães:** Apela, atendendo às dificuldades que tem sentido quando realiza as suas atividades domiciliárias, em encontrar o domicílio dos doentes, porque muitas vezes vivem em quintas que não estão sinalizadas, pelo que apela a quem de direito, a quem é responsável por isso, é que tenha algum cuidado para sinalizar convenientemente as ruas, as quintas.-----

**João Cândido da Silva Henrique:** Refere na reunião passada disse que a forma como se envia os ficheiros dos documentos não era a melhor forma. Pois continua igual. Recomenda, também, que a listagem dos tópicos da correspondência fosse enviada para cada membro da assembleia, para não andarem a ler coisas que não têm interesse nenhum a serem lidas e outras coisas que têm interesse às vezes não são lidas. Também recomenda ao Senhor Presidente para que passe a ler a correspondência antes de vir para a assembleia. Depois, refere-se à água, dizendo que a mesma é um bem precioso e essencial. É um bem que, de vez em quando, passamos sem ela, pelo que urge que isto seja solucionado e a assembleia tem a solução na mão, coisa que nunca utilizou. Em sua opinião, a água devia continuar a ser administrada pela câmara, mas é necessário fazer determinadas obras, pelo que propõe, não havendo a possibilidade de enquadrar em qualquer quadro comunitário, que o município fosse, com este elenco ou com o próximo, "obrigado" a fazer essa obra. Propõe à assembleia que deliberasse haver mais um ponto na Ordem de Trabalhos que era debater a questão da água, em que se há condições para aquela obra num quadro comunitário, tudo muito bem, se não, ter a possibilidade de contrair um empréstimo para fazer essa obra.-----

**Presidente da Assembleia Municipal:** Refere que a Mesa acha, que de facto, é um assunto muito importante. O concelho tem da melhor água, que é a melhor água que chega a Gaia, que se bebe no Porto, na zona do Porto, e nós deixamo-la passar. Em sua opinião, é um assunto muito importante. A Mesa acolhe a proposta, e depois põe-na à consideração da assembleia.-----

**Paulo Martins de Almeida:** Começa por dizer que ainda bem que o Dr. Fernando interveio na assembleia, pois já percebeu as dificuldades de quem vem ter uma atitude pro-ativa para esta assembleia e não tem meios para o fazer. Quanto à questão da água, concorda a intervenção do Sr. João Cândido. Ainda na última assembleia municipal, no ponto do plano e orçamento, frisou esta necessidade, que já podia ter sido nessa assembleia que essa posição fosse tomada. Refere-se, também, à comunicação que o Senhor Presidente da Assembleia leu, dizendo que há um ponto que devido à sua importância, devia ter sido dado mais importância do que se deu. Se já passou o prazo para esta Assembleia se pronunciar sobre a independência de uma freguesia, é porque não se lhe deu a devida importância. É um assunto deveras importante para que, existindo um prazo a cumprir, esta assembleia tivesse tido a oportunidade de o fazer. Seguidamente, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara qual é o ponto de situação da Altice, a ser instalado, onde seria e se existe a dificuldade em arranjar pessoas para justificar este investimento em Castro Daire. Diz ainda que o Dr. Fernando referiu-se que alguém teria dito que este executivo andaria a delapidar património. Refere que uma coisa é vir para cá um investimento e criar emprego, outra coisa é quando existia uma forma acordada pelo Vice-Presidente, em que seria feito um arrendamento do espaço ao Continente e a seguir optou-se pela venda. É neste aspeto em que fala em delapidar património. Seguidamente, refere-se ao investimento do relvado em Lamelas, dizendo que no Dia do Autarca, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local referiu que o quadro comunitário de apoio estaria em reprogramação. Tem conhecimento que o protocolo que foi assinado entre a Câmara e a Associação de Lamelas, prevê que se existir uma reprogramação, o investimento em Lamelas pode vir a não ser feito. Questiona o Senhor Presidente da Câmara sobre se vai, ou não, ser feito. Termina, dizendo que faz um ano que fez um pedido de dados sobre as piscinas municipais e até hoje, um ano mais tarde, continua sem qualquer informação. Por último, refere que teve conhecimento que o executivo celebrou contratos de avença que imputam à Câmara, um custo anual de cerca de 90.000 euros. Pergunta quantos são os serviços contratados, quais os serviços contratados e o seu âmbito, qual é a duração dos contratos, se é o mesmo para todos e se são renováveis.-----

O Senhor Presidente da Mesa esclarece que para que pudesse ler a correspondência antes de vir para a sessão, tinha que se deslocar de Gaia para fazer a leitura, o que acha que, humanamente, seria perder tempo. Sobre o ofício da independência de Alva, este data de 24 de janeiro deste ano e



pedes os documentos até ao dia 13. Refere que nem esta assembleia anda a reboque do grupo que subscreveu esta petição nem sujeita ao querer deles, mas que se deviam informar, previamente, de que isto só poderia ser feito depois da reunião da Assembleia, saberem quando era a assembleia e não terem estipulado aquele prazo.-----

**Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas:** Refere-se aos meios eletrónicos, para dizer que têm sido muito falado sobre eles, sobre todos terem acesso, com o qual concorda. No entanto, já várias pessoas desta assembleia disseram que não conseguem abrir os ficheiros que são enviados de forma eletrónica. Pergunta como é que esses membros, se tivessem um computador na assembleia, como é que iam funcionar com eles. Se calhar é melhor decidirem se preferem continuar a batalhar para terem todos um computador ou um tablet, ou que seja enviado tudo em papel. Seguidamente, diz que tanto o Dr. Paulo Almeida como o Dr. Fernando falaram em delapidar património e em sua opinião, é preciso cuidado quando se usa a palavra delapidar. Delapidar significa gastar muito, causar destruição ou ruína. E se estão unicamente a falar da venda de um imóvel que a Câmara fez, não lhe parece que possa ter havido delapidação. Pode ter, isso sim, havido uma venda com a qual pessoas não concordam.-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Cabril:** Refere que o problema de receber via informática toda a documentação, pode ser um problema de o computador não ter todos os programas necessários para receber a documentação.-----

**Augusto Rodrigues Silva Andrade:** Refere que o Dr. Paulo, há dias, chamou a atenção por causa das obras das piscinas exteriores. Também ele pediu, por escrito, quando no mandato dele, para lhe darem qual o preço das obras aqui da avenida central e o preço das obras a mais, coisa que não lhe deram e a obra está incompleta.-----

**Presidente da Câmara Municipal:** Agradece a vinda do Senhor Secretário de Estado da Administração Local ao Dia do Autarca, realizado no dia 19 de fevereiro. Agradece, ainda, a presença dos Membros da Assembleia que estiveram presentes. Agradece, também, a visita da Senhora Secretária de Estado da Justiça no dia 31 de janeiro, que veio ver em que ponto e em que condições estava a funcionar o nosso juízo de competência genérica. Agradece, ainda, o elogio feito pelo Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Ferreira, em relação ao trabalho que foi feito pelo Presidente da Câmara que muito contribuiu para a reabertura do nosso Tribunal. Foi um trabalho feito juntamente com os organismos, tal e qual como fez com o governo anterior. Quanto ao Prof. António Luís, que se associou à congratulação do Dr. Fernando Ferreira por causa da reabertura do Tribunal. Todos nós estamos de parabéns. Em relação às obras da EB 2,3, pertence ao PARU. Informa ainda que no PARU, a Câmara podia ir ao Acelerador, que é, em vez da participação ser 85%, a comparticipação dos Fundos Comunitários pode ir a 95% se atingíssemos um grau de maturidade das candidaturas. Castro Daire, dentro da CIM, foi um dos que atingiu esse grau de maturidade. As obras subsidiadas a 95% são a EB 2, 3 – parte exterior, o Caminho da Via Sacra e Largo da Feira das Vacas, Av.ª Francisco Sá Carneiro e a zona histórica. Quanto à Dr.ª Margarida, os domicílios e os números das Ruas é da competência dos Presidentes de Junta. Em relação ao Dr. Paulo Almeida, quanto ao relvado de Lamelas, vai ser um relvado em parceria com o Município. Quanto às Piscinas Exteriores, informa que traz à Assembleia os pareceres todos a quem nós pedimos: o parecer do Técnico do Município, o Chefe da DOMA, que foi à reunião do dia 23/03/2016. Nesse mesmo dia, também foi o relatório da Firma que fez o projeto. Na outra reunião do dia 10/11/2016, foi à reunião o da Universidade do Porto, mais tarde chegou o relatório do LNEC, que foi, também, à reunião de Câmara. Em reunião de Câmara foi deliberado fornecer estes dados todos, quer ao projetista, quer ao construtor, para eles se pronunciarem até ao final deste mês. Por isso é que ainda não foram dados os documentos. Em relação aos contratos de avença, a Lei do Orçamento de Estado de 2016 dizia muito claramente que os contratos de avença eram

exclusivamente da competência do Presidente da Câmara e o Presidente de Câmara durante 2016, fez os contratos de avença necessários para o bom funcionamento do município.-----

Nesta altura é feita a chamada, estando a faltar o Presidente da Junta de Freguesia de Cujó.-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**Ponto Um - Análise, discussão e votação, nos termos da alínea b), do número 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b), do número 2, do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, no valor de 0,25% para o ano de 2018.**-----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara dá a palavra ao Senhor Vice-Presidente que refere que os municípios podem cobrar a taxa municipal dos direitos de passagem a empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónica acessíveis ao público, com base num percentual, num total de faturação mensal, emitidas pelas referidas empresas. O percentual que o Órgão Executivo propõe é de 0,25%, à semelhança do que tem sido aprovado em anos anteriores. O impacto que isto tem em termos orçamentais ronda cerca de 3.000,00€.

***Posto este ponto a votação, foi o mesmo votado por unanimidade.***-----

**Ponto Dois - Pedido de autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal dá a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara que refere que esta listagem é composta pelos contratos que produzem efeitos financeiros em anos civis diferentes, a apresentação desta declaração de compromissos plurianuais é feita ao abrigo das alíneas a) e c) do número 1 do artigo 15.º do anexo I à Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

Pede a palavra o Membro da Assembleia:-----

**José Manuel Carneiro Pereira:** Refere que no período antes da ordem do dia foi visado por uma palavra que proferiu em 15 de setembro, tendo dito e feito a pergunta ao Senhor Presidente de Câmara de que ele estaria a delapidar património com a venda do imóvel ao Continente. O que perguntou foi: "Porque não se arrendou, como fez o particular, e uma instituição que é pública vendeu". O Dr. Fernando falou em delapidar, a Dr.ª Joana falou em delapidar, o Dr. Paulo também falou, e as coisas têm de ser ditas com exatidão, porque, quando se vende património, delapida-se património. Seguidamente, refere que o Senhor Presidente da Assembleia começou por dizer que queria rigor, quando o período antes da Ordem do Dia tem um período estipulado de uma hora, ela ultrapassou 40 minutos. Não foram 4 minutos, foram 40 minutos. Quanto ao assunto deste ponto, refere que na relação tem um protocolo com a Capela de S. Sebastião, as obras na Capela de S. Sebastião foram terminadas, faz parte do Conselho Económico, e até hoje não recebeu um cêntimo.

***Posto este ponto a votação, foi o mesmo autorizado por maioria, com uma abstenção.***-----

Absteve-se o Senhor Membro da Assembleia Municipal José Manuel Carneiro Pereira.-----

**Ponto Três - Aprovação, nos termos da alínea o), do número 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alteração ao mapa de pessoal para 2017.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que depois de ter vindo em dezembro juntamente com os documentos previsionais, tem que

vir, novamente, à Assembleia para colmatar uma falha, falta uma palavra no desporto – Desporto e Socorrismo, pois somos obrigados a ter o socorrismo.-----

Pedem da palavra os Senhores Membros:-----

**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que a sua intervenção era precisamente para saber o motivo de nova vinda do quadro de pessoal à Assembleia, porque têm tido alguma dificuldade em acompanhar a evolução do quadro de pessoal e por isso, a tendência seria não votar a favor e no seu caso pessoal iria abster-se. Se a única alteração é essa, fica esse compromisso e é por uma questão de compromisso legal, a situação é diferente. Seguidamente, esclarece o seguinte, o Senhor Presidente não precisa de se aborrecer porque, em primeiro lugar, este órgão tem todo o direito de se esclarecido sobre tudo, não pode haver segredos para este órgão. Depois, quando levantaram a questão das piscinas e do polidesportivo, não foi para atacar o Senhor Presidente, até estão do seu lado, porque pelo que perceberam e sabem, o que está em causa é o incumprimento. A responsabilidade do problema, até consideram ser da empresa, contrariamente ao que o Técnico do Município acha.-----

**Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra do Senhor Membro da Assembleia Municipal José Manuel Carneiro Pereira.**-----

**Ponto quatro - Apreciação, nos termos da alínea c), do número 2, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como da sua situação financeira.**-----

O Senhor Presidente da Assembleia dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que refere que está aberto o programa VALORIZAR e aqui o valorizar é no Turismo.-----

Pedem da palavra os Senhores Membros:-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Moledo:** Refere que teve a oportunidade de ler na transversal o programa e entende que não deve ser única e exclusivamente para as áreas que o Senhor Presidente focou. Diz que já teve a oportunidade de pôr por escrito este problema ao Senhor Vereador do Turismo porque, em sua opinião, pode ser mais abrangente e tem um caso específico que gostaria que fosse candidatado. Refere-se ao monumento mais antigo e dos mais importantes do concelho, que é o penedo de Lamas. O penedo de Lamas está integrado numa zona que precisa de uma intervenção urgente e esta é uma janela de oportunidade que não podem desvalorizar. Em seu entender, é perfeitamente enquadrável a candidatura para essa área e gostaria que fosse feito um projeto que englobasse toda aquela zona de requalificação e que dignificasse aquele monumento.-----

**Presidente da Câmara Municipal:** Refere que todas as candidaturas têm um aviso e o aviso estabelece as normas da candidatura. Se a candidatura disser que tem que apresentar um documento que consta no plano de atividades, este terá que constar.-----

**Paulo Martins de Almeida:** Refere que esta questão de estar ou não em plano, é uma falsa questão, porque devido à importância e à impertinência da questão do Senhor Presidente da Junta de Moledo, faz todo o sentido e havendo enquadramento na candidatura, que o mesmo seja incluído. Quanto ao enquadramento no plano, também facilmente se faz revisão ao orçamento e se inclui a obra.-----

Ponto Cinco - Aprovação, nos termos do número 3, do artigo 57.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da ata em minuta, para produção de efeitos do disposto no número 4, do já mencionado artigo 57.º do mesmo diploma legal supra mencionado.-----

O Senhor Presidente da Assembleia dá a palavra aos Senhores Membros:-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Moledo:** Louva e enaltece a atitude do Membro da Assembleia João Cândido no sentido de apresentar esta proposta. Depois, refere que o Senhor Presidente falou numa situação que desconhecia, que é a passagem, no concelho, das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro para as Águas de Douro e Paiva. Diz ainda que a câmara e o município estiveram bem quando não se associaram às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, no sentido de garantir que o custo para os munícipes fosse menor e pergunta se nesta nova adesão às Águas de Douro e Paiva vai ficar garantido que o custo para os munícipes será mais ou menos o mesmo ou se vai reverter num acréscimo para os munícipes. Continua, dizendo que a freguesia de Moledo tem, ainda, a descoberto, da rede de água, algumas aldeias. Pergunta se é possível suprimir essa lacuna agora com a adesão, se vai haver financiamento nessa área para não falar já na questão do saneamento, em que quase metade da freguesia não tem saneamento básico, se vai ser possível fazer uma candidatura ou um projeto que preveja o abastecimento de água às aldeias que ainda não têm.-----

**Presidente da Junta de Freguesia de S. Joaninho:** Começa por dizer que a água é um bem essencial. Falou-se numa nova conduta adutora, concorda plenamente, mas é uma questão que deve ser transversal, ou seja, é importante resolvermos o problema da vila, mas das aldeias também, pois nas aldeias também há muitos problemas com a água. Na sua freguesia também, principalmente no verão, a parte mais alta da aldeia, em que de facto a água ou falha ou não tem pressão.-----

**Paulo Martins de Almeida:** Refere que quando abordo a questão na última assembleia, em que colocava em causa a realização urgente do investimento, ou não, uma vez que no plano dava a entender que o valor da obra estava dividido em vários anos, ao qual lhe foi respondido que a obra seria para avançar, até num troço diferente, e que seria mais barato. A questão que coloca é, com esta questão, agora em cima da mesa, da adesão às Águas Douro e Paiva, se isto vai ter alguma alteração na execução da conduta adutora, ou não.-----

**Fernando Pinto Ferreira:** Refere que a proposta apresentada pelo Sr. João Cândido é uma proposta de extrema importância e tendo nós água de grande qualidade, que pode ser mais barata para todos os munícipes e que deve ser alargada a todo o concelho, não vamos pagar água mais cara, água de pior qualidade, pelo que está plenamente de acordo com a proposta feita pelo colega João Cândido.-----

**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que a bancada do PSD está plenamente de acordo e assinam e subscrevem a proposta do Sr. João Cândido, como subscrevem também a proposta de, caso seja necessário, recorrer a um empréstimo bancário para que a obra seja feita. Trata de uma questão de algum risco em termos de saúde pública, porque a conduta adutora está muito degradada e até um problema em termos de trânsito constantemente naquela via, que tem um fluxo de trânsito até bastante acentuado. Também propõem que era importante manter as condições de gestão de água que atualmente temos. Ser o município a ter essa gestão, a fazer essa administração, porque só assim é que podemos salvaguardar os valores que neste momento são praticados, caso contrário, esses valores irão disparar.-----

**João Cândido da Silva Henrique:** Refere que o que propôs foi que fique desde já dito que vai ser feito no mais curto espaço de tempo. Se for mais rápido, que abra um quadro e se possa candidatar,

muito bem, se não, a Câmara ficar com a obrigação e a possibilidade de fazer ela própria, pedindo o dinheiro necessário para efetuar isso.-----

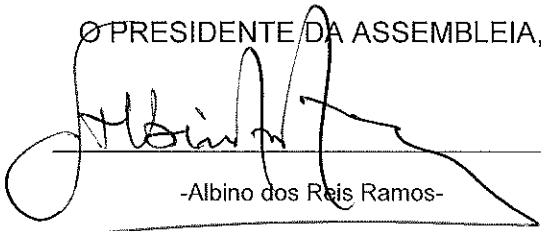
**Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**-----

**Ponto Seis - Aprovação, nos termos do número 3, do artigo 57.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da ata em minuta, para produção de efeitos do disposto no número 4, do já mencionado artigo 57.º do mesmo diploma legal supra mencionado.**-----

***A Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, nos termos do número 3 e para produção de efeitos do disposto no número 4, ambos do artigo 57.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ata em minuta.***-----

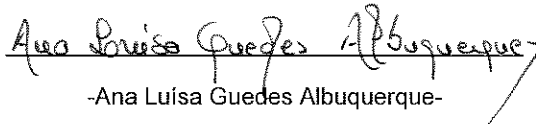
-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Albino dos Reis Ramos, deu por encerrada a sessão, eram treze horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Luísa Guedes de Albuquerque, Secretária, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-----

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-Albino dos Reis Ramos-

A SECRETÁRIA,



-Ana Luísa Guedes Albuquerque-